

Demonstrações Contábeis

Companhia de Gás do Pará

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Companhia de Gás do Pará

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Gás do Pará

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Pará (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Pará em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Pará para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação, incluindo parágrafo de ênfase quanto a continuidade e ampliação das operações da Companhia, sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



EY

Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de janeiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

Companhia de Gás do Pará

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	301	437
Tributos a recuperar	4	9	3
Despesas antecipadas		2	4
Total do ativo circulante		312	444
Ativo Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	4	22	48
Imobilizado		9	12
Intangível		6	6
Total do ativo não circulante		37	66
Total do ativo		349	510
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		6	6
Obrigações sociais a recolher	5	25	29
Tributos a recolher		5	4
Outras obrigações		1	3
Total do passivo circulante		37	42
Patrimônio líquido			
Capital social	6	7.661	6.748
Prejuízos acumulados		(7.349)	(6.280)
Total do patrimônio líquido		312	468
Total do passivo e do patrimônio líquido		349	510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Gás do Pará

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	7	(861)	(790)
Remuneração dos administradores	7	(211)	(176)
Outras despesas operacionais	7	(25)	-
		<u>(1.097)</u>	<u>(966)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.097)	(966)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	8	30	48
Despesas financeiras	8	(2)	(2)
		<u>28</u>	<u>46</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.069)</u>	<u>(920)</u>
Prejuízo por ação – R\$		(0,15)	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Gás do Pará

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(1.069)	(920)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.069)</u>	<u>(920)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Gás do Pará

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		7.000	(1.201)	5.799	(5.360)	439
Integralização de capital	6	-	949	949	-	949
Prejuízo do exercício		-	-	-	(920)	(920)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		7.000	(252)	6.748	(6.280)	468
Aumento de capital	6	3.000	(2.087)	913	-	913
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.069)	(1.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		10.000	(2.339)	7.661	(7.349)	312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Gás do Pará

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.069)	(920)
Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3	5
	(1.066)	(915)
(Acréscimo) decréscimo dos ativos operacionais:		
Tributos a recuperar	20	(14)
Despesas antecipadas	2	(2)
	22	(16)
Acréscimo (decréscimo) dos passivos operacionais:		
Obrigações sociais a recolher	(4)	8
Tributos a recolher	1	-
Outras obrigações	(2)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.049)	(923)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo intangível	-	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	913	949
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	913	949
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	(136)	20
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	437	417
No final do exercício	301	437
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	(136)	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Gás do Pará.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Pará (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 22 de novembro de 2006, cujo objeto social é a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização, no varejo e no atacado, de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, de produção no Estado do Pará, pela União, por terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais e residenciais, e qualquer outra finalidade lícita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia mais moderna disponível, observando as leis e as normas de proteção ao meio ambiente em todo o território do Estado do Pará.

A Companhia poderá explorar jazidas de gás natural existentes e/ou em prospecção para produção e distribuição canalizada mediante concessão da União, em todo o território do Estado do Pará; pode também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente elaboração e execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; pode, ainda, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar a sua infraestrutura disponível, objetivando a prestação de outros serviços.

A Companhia é concessionária exclusiva até o ano 2036, prorrogável por mais 30 anos, da exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Pará, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, automotivos, de geração termelétrica ou para quaisquer outras finalidade e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

O início das operações da Companhia depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Estado do Pará ao gasoduto de transporte de gás natural que transportará esse gás para os Estados do Piauí e do Maranhão; existe também a possibilidade de esse gás chegar ao Estado do Pará por meio do transporte de Gás Natural Comprimido - GNC ou Gás Natural Liquefeito - GNL, fazendo uso de terminal de gaseificação de GNL projetado para a cidade de Barcarena, no Estado do Pará.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos de seus acionistas.

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é caixa e equivalentes de caixas.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia são os fornecedores.

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.4. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

2.5. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Esses direitos de concessão serão amortizados durante o seu período de vigência.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável, possível e remoto”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	3	3
Aplicações financeiras	<u>298</u>	434
Total	<u><u>301</u></u>	<u>437</u>

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Impostos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a compensar	9	3
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	<u>22</u>	48
	31	51
Circulante	<u>(9)</u>	(3)
Não circulante	<u><u>22</u></u>	<u>48</u>

5. Obrigações sociais a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para férias	17	16
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	8	12
Outros	-	1
Total	<u><u>25</u></u>	<u>29</u>

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito é de R\$ 10.000 (R\$ 7.000 em 2016) e o capital integralizado é de R\$ 7.661 (R\$ 6.748 em 2016), tendo seu valor assim distribuído:

	Quantidade de ações				Valor integralizado – R\$	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação	2017	2016
Governo do Estado do Pará	1.785.000	-	1.785.000	25,50%	1.868	1.625
Termogás S.A.	1.715.000	3.500.000	5.215.000	74,50%	5.793	5.123
Total	3.500.000	3.500.000	7.000.000	100,00%	7.661	6.748

Em 19 de março de 2017, os acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o novo aumento de capital social, no montante de R\$ 3.000, sem emissão de ações. As contribuições dos acionistas serão realizadas nas seguintes condições: (a) o Governo do Estado do Pará integralizará o capital social no valor de R\$ 765 em moeda corrente nacional, até o dia 30 de dezembro de 2020 e (b) a Termogás S.A. integralizará o capital social da Companhia no valor total de R\$ 2.235 em moeda corrente nacional, até o dia 30 de dezembro de 2020.

No exercício de 2017, foi integralizado capital social, no montante de R\$ 913 (R\$ 949 em 2016).

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social.
- Prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

- Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Capital social”.
- No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Reservas de capital”.

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

7. Despesas por natureza

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Por função:		
Despesas gerais e administrativas	(861)	(790)
Remuneração de administradores	(211)	(176)
Outras despesas operacionais	(25)	-
	<u>(1.097)</u>	<u>(966)</u>
Por natureza:		
Serviços profissionais	(110)	(92)
Remuneração dos administradores	(211)	(176)
INSS	(78)	(82)
Associação de classe	(345)	(257)
Passagens aéreas e hospedagens	(53)	(63)
Telefone e energia elétrica	(5)	(18)
Publicações	(12)	(13)
Aluguel e condomínio	(44)	(34)
Depreciação e amortização	(3)	(5)
Outras	(236)	(226)
	<u>(1.097)</u>	<u>(966)</u>

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	25	48
Outras	5	-
	<u>30</u>	<u>48</u>
Despesas financeiras		
Juros multas	(2)	(2)
	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro	<u>28</u>	<u>46</u>

9. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na Nota 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Companhia de Gás do Pará

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes. A suficiência dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

Finalidade do seguro	Importância segurada-R\$
Incêndio	300
Danos elétricos	30
Despesas fixas	20
Equipamentos Eletrônicos	60
Lucro cessante decorrente da básica	60
Perda ou pagamento de aluguel	40
Responsabilidade Civil – Operações	40
Roubo de bens	30